

LEI Nº 3.087, DE 18 DE FEVEREIRO DE 2014.

“Institui Programa de Recuperação Fiscal no Município de Quirinópolis, e concede desconto para pagamento de tributos municipais, nas condições que especifica e dá outras providências”

Odair de Resende, Prefeito Municipal do Município de Quirinópolis, Estado de Goiás no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprova e ele sanciona a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica instituído no Município de Quirinópolis, o Programa de Recuperação Fiscal Municipal- REFIS MUNICIPAL, com a finalidade de implementar a arrecadação, bem como, efetivar a regularização de créditos do Município, decorrentes de débitos dos contribuintes, pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos municipais até o ano de 2013, constituídos ou não em dívida ativa, parcelados, ajuizados ou a ajuizar, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º - O ingresso no REFIS MUNICIPAL, dar-se-á por opção do contribuinte, que fará jus a regime especial de consolidação dos débitos fiscais referidos no artigo anterior.

Parágrafo Único - O ingresso no Refis MUNICIPAL implica, inclusão da totalidade dos débitos referidos no art. 1º, referente ao cadastro requerido pelo contribuinte, inclusive os não constituídos, que serão incluídos no Programa mediante confissão.

Art. 3º - A opção pelo REFIS MUNICIPAL, poderá ser formalizada através de requerimento até o dia 31 de dezembro de 2014, perante o Setor de Tributação-Secretaria de Economia e Finanças.

Art. 4º - Os créditos tributários de que trata o art. 1º, incluídos no REFIS MUNICIPAL, devidamente confessados, poderão ser pagos em parcela única ou em até **34** (trinta e quatro) parcelas, preenchido os requisitos das tabelas do artigo 5º e seus parágrafos, mediante requerimento perante ao Setor de Tributação e solicitar a guia de recolhimento.

§ 1º - Os débitos existentes em referência ao cadastro do optante serão consolidados tendo por base a formalização do pedido de ingresso no REFIS MUNICIPAL, e emissão da guia de recolhimento.

§ 2º - A consolidação abrangerá todos os débitos existentes em nome da pessoa física ou jurídica, na consolidação de contribuinte ou responsável, constituídos ou não, inclusive os acréscimos legais relativos à multa, de mora ou de ofício, a juros moratórios e demais encargos, determinados nos termos da legislação vigente à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores.

§ 3º - Em caso de parcela única, deverá ser paga no ato da formalização do REFIS MUNICIPAL.

I - Expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como, desistência já interpostos, relativamente aos débitos fiscais no pedido por opção do contribuinte;

II - Assunção pelo contribuinte das custas e despesas processuais, bem como, honorários de sucumbência.

III - O contribuinte que optar pelo pagamento de forma parcelada, e preencher seus requisitos demonstrados no artigo 5 e seus parágrafos, sendo a 1ª parcela, no ato da opção e as demais com atualização monetária a partir dali, até a quitação.

§ 4º - Nos casos de valores ajuizados, as custas judiciais e despesas processuais serão recolhidos pelo contribuinte em sua totalidade, juntamente com a primeira parcela, ou pagamento à vista do REFIS MUNICIPAL, sendo obrigação do contribuinte a apresentação de recibo de quitação das custas e despesas processuais, expedida pelo Cartório do Juízo onde tramitarem as ações.

Art. 5º - Fica o Poder Executivo autorizado a conceder, aos devedores de Imposto Predial e Territorial Urbano(IPTU), ISS (imposto sobre serviços), e de Alvará de Licença, inscrito em Dívida Ativo ou não, até o ano 2013, um desconto de **100% (cem por cento)** sobre a multa e juros, permanecendo apenas a atualização monetária.

§ 1º - A adesão ao programa instituído pela presente lei poderá ser efetivada até 31 de dezembro de 2014, sendo que o número de parcelas, para aqueles que optarem pelo parcelamento, terá como fator limitante o valor do débito com a fazenda municipal, atualizada monetariamente até a data do pagamento.

§ 2º - Para os débitos **igual ou acima** de **R\$ 100.000,00** (cem mil reais), que optarem pelo REFIS, observarão a tabela abaixo:

I - fevereiro à março.....	até 34 Parcelas
II - abril à setembro.....	até 32 Parcelas
III - outubro.....	até 27 Parcelas
IV - novembro.....	até 26 Parcelas
V - dezembro.....	até 25 Parcelas

§ 3º - Para os débitos abaixo de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que optarem pelo REFIS, observarão a tabela abaixo:

I - fevereiro à julho	até 06 Parcelas
II - agosto	até 05 Parcelas
III - setembro	até 04 Parcelas
IV - outubro.....	até 03 Parcelas
V - novembro.....	até 02 Parcelas
VI - dezembro.....	Parcela Única

§ 6º - O valor mínimo de cada parcela será de R\$ 50,00 (cinquenta reais).

§ 7º - O vencimento da primeira parcela se dará no ato da adesão, e os demais após, cada 30 (trinta) dias da mesma.

§ 8º - Na hipótese de abandono ou exclusão do programa, o contribuinte perderá o benefício a que se refere este artigo, ocasião em que a redução concedida será totalmente integrada ao saldo devedor para posterior execução fiscal.

Art. 6º - Será excluído do REFIS MUNICIPAL:

I - Falência ou extinção, pela liquidação da pessoa jurídica;

II - Cisão da pessoa jurídica, exceto se a sociedade nova oriunda da cisão ou aquela que incorporar a parte do patrimônio permanecerem estabelecidas no Município de Quirinópolis e assumirem solidariamente com a cindida as obrigações do REFIS;

III - Prática de qualquer ato ou procedimento tendente a omitir informações, a diminuir ou a subtrair receita do contribuinte optante;

IV - A existência de três parcelas em atraso;

VI - Inadimplência por um período superior a 90 (noventa) dias, em relação aos tributos municipais ou parcelamentos vincendos a partir da data da adesão ao programa de que trata esta Lei.

§ 1º - A exclusão do REFIS MUNICIPAL acarretará a imediata exigibilidade dos créditos não quitados, com a inscrição, em Dívida Ativa, daqueles porventura não inscritos e confessados, com a incidência dos acréscimos previstos na legislação municipal, ficando impedida a inclusão dos referidos créditos em uma nova adesão ao Programa.

§ 2º - A exclusão do optante do REFIS MUNICIPAL implicará na exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado ainda não pago, com os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, prosseguindo-se às eventuais execuções fiscais ou imediata inscrições em dívida ativa do débito ainda não ajuizado e conseqüente cobrança judicial.

Art. 7º - O REFIS MUNICIPAL não alcança débitos relativos ao Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis-ITBI.

Art. 8º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de janeiro de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Quirinópolis, Estado de Goiás, aos 18 dias do mês de fevereiro de 2014.

ODAIR DE RESENDE
Prefeito Municipal

VITOR MESQUITA DA SILVA NETO
Secretário de Administração e Planejamento